



ANÁLISE DOS RESULTADOS DO SOFI

2026



/Pacto Contra a Fome



/Pacto Contra a Fome



@pactocontrafome



pactocontrafome.org

Introdução

O relatório ["Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo"](#) (The State of Food Security and Nutrition in the World, SOFI) é produzido anualmente pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em colaboração com outras agências da ONU, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O SOFI é a principal referência internacional para monitorar o progresso dos países em direção ao ODS 2 (Fome Zero) da Agenda 2030 da ONU, que busca erradicar a fome, garantir a segurança alimentar e melhorar a nutrição até 2030. Para isso, o relatório apresenta um panorama anual da segurança alimentar e da nutrição no mundo, utilizando como principais indicadores a Prevalência de Subalimentação (PoU – Prevalence of Undernourishment) e a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES – Food Insecurity Experience Scale).

A própria FAO utiliza diferentes indicadores porque a fome e a insegurança alimentar são fenômenos multidimensionais: alguns instrumentos medem a falta crônica de energia alimentar, outros captam a experiência das famílias em relação ao acesso aos alimentos, e outros ainda avaliam se a população consegue comprar uma alimentação saudável. Cada um responde a uma pergunta diferente e, juntos, oferecem uma visão mais completa da realidade - nenhum deles, isoladamente, é capaz de representar toda a complexidade do fenômeno.

O Mapa da Fome e seus indicadores foram desenhados para ter uma metodologia que compara diferentes regiões e países. É por reconhecer essa limitação que a própria FAO recomenda que os países complementem os indicadores globais com escalas nacionais, capazes de captar com mais precisão e detalhamento a realidade de suas populações. No Brasil, essa escala é a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), utilizada nas pesquisas nacionais do IBGE.

Portanto, o objetivo desta nota é apresentar os conceitos por trás da metodologia de avaliação do relatório e destacar as diferenças entre as abordagens utilizadas pela FAO e pelo IBGE nas pesquisas nacionais baseadas na EBIA.

Resultados

Os dados trazidos pelo SOFI 2026 revelam progresso desigual, fragmentação política e o desafio de garantir nutrição no mundo. O relatório destaca a tendência de melhora consistente na América Latina, aumento de mortes associadas a dietas inadequadas e projeções da persistência da fome global para 2030, com concentração na África.

No Brasil, enquanto a insegurança alimentar severa alcançou o menor patamar da série histórica, o custo de uma cesta saudável ficou acima da média global, mas abaixo da sul-americana e latina.

Para as políticas públicas, a mensagem é de que os avanços precisam ser protegidos e o desafio de erradicar a fome precisa vir junto com o de garantir custo, acessibilidade e adesão a uma alimentação saudável, fortalecendo políticas de proteção social, abastecimento alimentar, fortalecimento da agricultura familiar e promoção de ambientes alimentares saudáveis.

O relatório analisa os fatores que elevam o custo da dieta saudável e as intervenções recomendadas aos países, mas reconhece que esse indicador não captura a disponibilidade física dos alimentos nos territórios (como os desertos alimentares), a volatilidade de preços, os riscos climáticos e de choques de safra, nem as barreiras de tempo e dos ambientes alimentares que influenciam a demanda.

Prevalência de Subalimentação no Brasil e no mundo

A prevalência de Subalimentação (PoU) mede se a ingestão habitual de alimentos é suficiente para fornecer os níveis de energia dietética necessários para manter uma vida ativa e saudável.

O Brasil segue com percentual inferior a 2,5% no triênio 2023-2025, mantendo-se fora do Mapa da Fome. Significa que a **fome** crônica não está generalizada, mas **concentrada**.

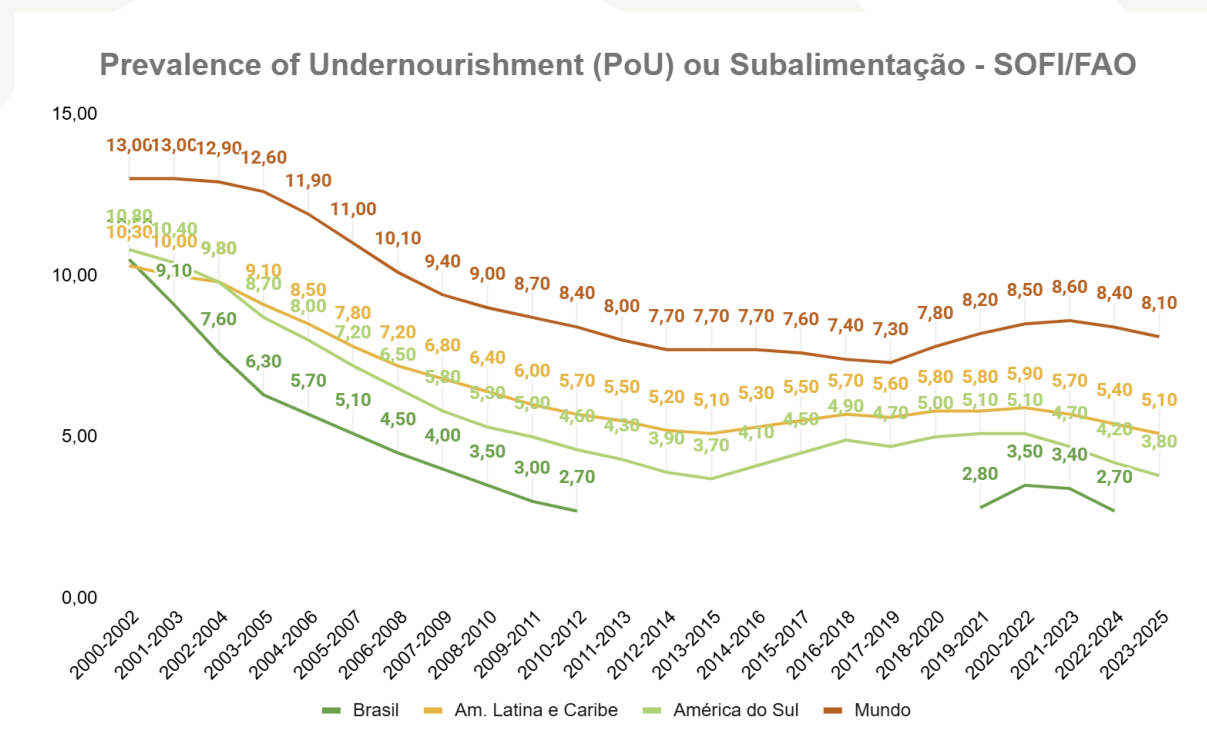
O resultado reforça a importância da continuidade das políticas responsáveis pela redução da fome, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de avançar na qualidade da alimentação e na prevenção de retrocessos.

Nas regiões, a América Latina e Caribe (de 5,4% para 5,1%) segue em trajetória de queda consistente, com destaque para a América do Sul (de 4,2% para 3,8%) que apresenta uma tendência de queda nos últimos triênios. Já a África mostra o primeiro sinal de reversão, depois de uma trajetória consistente de piora contínua desde 2017.

No quadro global, mesmo com uma recuperação gradual sustentada nos três últimos triênios, o indicador cai de 8,6% para 8,4% e chega a 8,1% da população mundial. Isso é, 645 milhões de pessoas convivendo com a fome, um número que ainda é maior do que o patamar pré-pandemia.

Essa média global, porém, esconde três trajetórias regionais bem diferentes. Ásia e América Latina e Caribe apresentam recuperação consistente desde o pico da pandemia. A África, depois de quase uma década de alta contínua, teve o primeiro sinal de reversão, mas segue concentrando o maior número absoluto de pessoas com fome do mundo, porque o crescimento populacional superou a melhora percentual. Já Oceania e América do Norte e Europa seguem com prevalência baixa e estável.

Gráfico - Evolução da **Subalimentação** no Brasil comparado à média global, da América Latina e Caribe e da América do Sul



Nota: No período sem dados, o Brasil esteve abaixo 2,5%, ou seja, fora do “mapa da fome”. A FAO opta por não divulgar o percentual exato, considerado impreciso devido a limitações metodológicas. Esses percentuais são calculados como média móvel de três anos, para evitar que um evento pontual - uma crise climática ou econômica - distorça o resultado.

Custo e acessibilidade de uma dieta saudável (CoAHD)

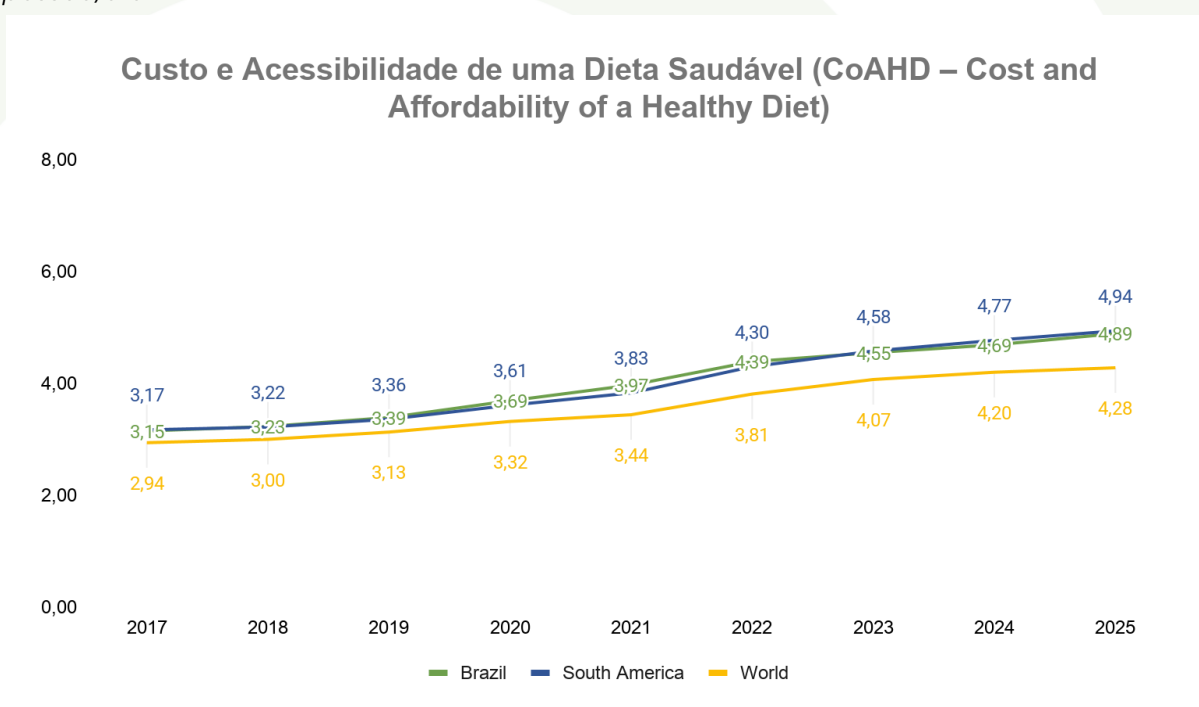
Esse indicador estima o custo de uma dieta saudável e avalia qual parcela da população não dispõe de renda suficiente para pagar por essa alimentação.

O custo da dieta saudável medido pela FAO alcançou U\$4,89 dólares PPC por dia (dólares em Paridade do Poder de Compra). Com uma variação de 4,3% em relação ao ano anterior e de 55,2% em relação ao início da série histórica em 2017.

Na região, a média foi superior: US\$4,94 (PPC) na América do Sul, 3,6% superior ao custo do ano anterior; e US\$4,91 (PPC) na América Latina e Caribe.

No mundo, o custo foi de US\$4,28 por dia (PPC), com um crescimento de 25% desde 2021 e de 45,6% desde o início da série histórica.

Gráfico - Custo e Acessibilidade de uma Dieta Saudável (CoAHD) – US\$ (PPC) por pessoa/dia



A acessibilidade a uma dieta saudável continua sendo um grande desafio global. O custo da alimentação saudável permanece elevado, indicando que o problema vai além da inflação e reflete fatores estruturais da cadeia de abastecimento.

Grande parte desse custo não está na produção agrícola, mas nas etapas de logística, armazenamento, processamento e distribuição, que representam entre 70% e 75% do preço final dos alimentos. A FAO denomina esse fenômeno de "meio invisível" (*missing middle*), destacando que ineficiências nessas etapas elevam o preço pago pelo consumidor. Na América Latina e no Caribe, incluindo o Brasil, os vegetais são o grupo alimentar mais impactado por esses custos, principalmente devido às despesas de transporte e logística.

Esses resultados mostram que reduzir o custo da alimentação saudável depende não apenas do aumento da renda das famílias, mas também de políticas que fortaleçam os



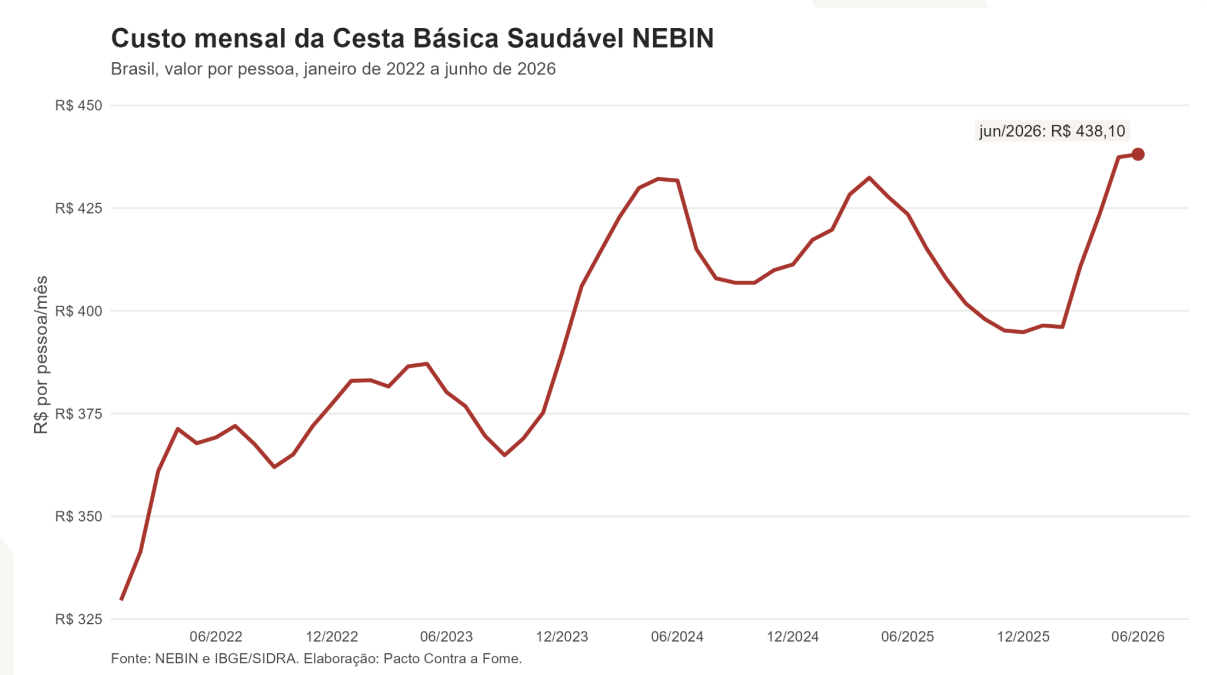
sistemas de abastecimento alimentar, reduzam perdas e desperdícios e ampliem a oferta e o acesso a alimentos saudáveis nos territórios.

Cesta NEBIN reflete a realidade brasileira

A Cesta NEBIN é calculada para uma pessoa por dia. Ela foi construída a partir do Guia Alimentar brasileiro e da referência EAT-Lancet, com 84 itens predominantemente in natura e minimamente processados, calculada mensalmente em 10 regiões metropolitanas com dados reais de compra domiciliar.

Ela mede o custo de uma dieta saudável com sensibilidade à realidade de consumo, preço e território brasileiros. Essa abordagem permite identificar com maior sensibilidade os efeitos de políticas públicas voltadas ao abastecimento, à agricultura familiar e ao acesso a alimentos saudáveis.

Gráfico - Custo mensal da Cesta Nebin



A comparação entre CoHD (US\$ PPC/dia) e NEBIN (R\$/mês) em nível absoluto não pode ser feita. É possível observar a diferença entre a **trajetória**, indexando as duas séries a um ano-base comum e comparando variação percentual, não o valor bruto lado a lado.

Tabela - Custo mensal da Cesta Nebin

Ano	Período	custo mensal médio (R\$)	Peso de alimentação médio (%)	Renda mínima necessária média (R\$)	Pessoas sem acesso - média mensal (NA)	Pessoas sem acesso - média mensal (%)
2022	jan-dez	R\$ 363	21,4	R\$ 1.699	150,1 milhões	71,5 %
2023	jan-dez	R\$ 378	21,4	R\$ 1.768	147,0 milhões	69,7%
2024	jan-dez	R\$ 416	21,4	R\$ 1.948	146,0 milhões	68,9%
2025	jan-dez	R\$ 413	21,7	R\$ 1.903	136,0 milhões	64,0%

Insegurança Alimentar Severa no Brasil e no mundo

Diferente do PoU, que mede fome no sentido mais estrito de energia alimentar insuficiente, este indicador captura instabilidade e restrição de acesso medido pela escala de Experiência em Insegurança Alimentar - Food Insecurity Experience Scale (FIES)¹.

Observa-se que o Brasil continua se destacando com uma queda com velocidade acentuada consistente mesmo quando comparado à América Latina e Caribe, região com maior queda.

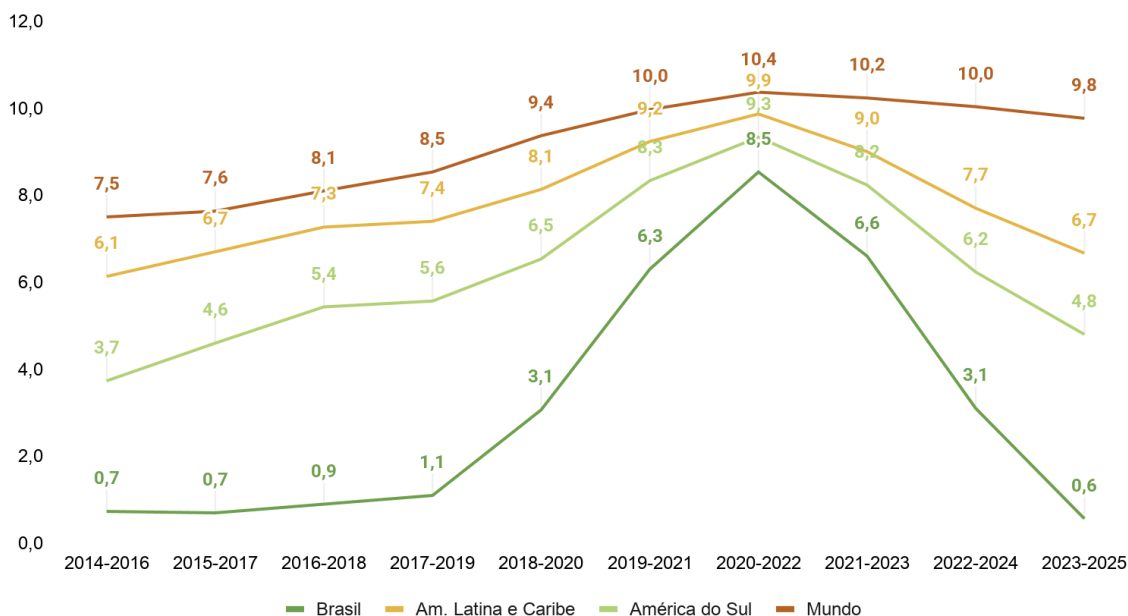
O Brasil, assim, não só recupera um patamar pré-pandemia, como reduz ao menor nível da série histórica deste indicador: de 6,6% (em 2021-2022) para 3,1% (em 2022-2024), chegando agora a **0,6% (em 2023-2025)**. No último triênio, **o Brasil retirou 5,4 milhões de pessoas da insegurança alimentar severa**. Mesmo atingindo o menor valor da série histórica, o fenômeno ainda atinge 1,2 milhão de pessoas.

A trajetória é de redução nas regiões, da América Latina e Caribe, a queda foi de 9% (em 2021-2023), 7,7% (em 2022-2024) para 6,7% (em 2023-2025). Já na América do Sul passou de 8,2% (em 2021-2023), 6,2% (em 2022-2024) para 4,8% (em 2023-2025). **Essas variações contribuíram para a queda do percentual no mundo**, que passou de 10% para 9,8%, mas que são compensadas por outras regiões que ainda reduzem a fome em uma velocidade menor, como o continente africano.

Gráfico - Evolução da Insegurança Alimentar Severa no Brasil comparado à média global, da América Latina e Caribe e da América do Sul

¹ Entenda mais sobre o FIES aqui

Percentual da População em Insegurança Alimentar Severa - SOFI/FAO



Nota: Nos casos em que o país possui pesquisa própria que mapeia essa informação, como o Brasil e a PNADc, essa pesquisa é utilizada para estimar o percentual da população em situação de insegurança alimentar. Nos anos em que não há a pesquisa, como em 2024, é feita uma extrapolação com base nos dados anteriores.

Insegurança alimentar Moderada ou Severa no Brasil e no mundo

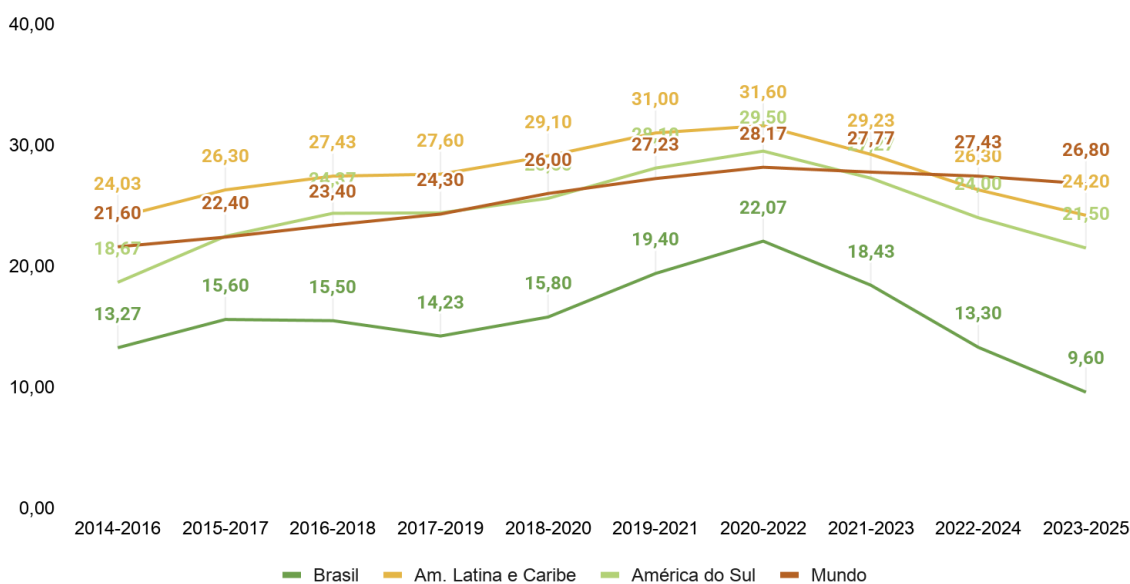
A insegurança alimentar moderada ou severa no Brasil caiu de 13,3% para 9,6%, o que **retirou 7,8 milhões de pessoas desta condição**, atingindo ainda 20,8 milhões de pessoas. Esse é o menor percentual da série histórica.

A tendência de queda também foi observada na América do Sul e na América Latina e Caribe, mas em menor magnitude: de 24,0% para 21,5% e de 26,3% para 24,2%, respectivamente.

Apesar disso, no mundo a variação foi muito menor, passando de 27,4% para 26,8%.

Gráfico - Evolução da **Insegurança Alimentar Moderada ou Severa** no Brasil comparado à média global, da América Latina e Caribe e da América do Sul

Percentual da População em Insegurança Alimentar Moderada ou Severa - SOFI/FAO - 2026



A redução da insegurança alimentar moderada ou severa reforça a importância de manter e consolidar as políticas que contribuíram para a redução da fome, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de ampliar o foco das ações públicas para garantir o acesso contínuo a uma alimentação adequada e saudável, por meio de políticas de proteção social, abastecimento alimentar, promoção da alimentação saudável e fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional.

Insegurança alimentar Moderada ou Severa no Brasil e no mundo

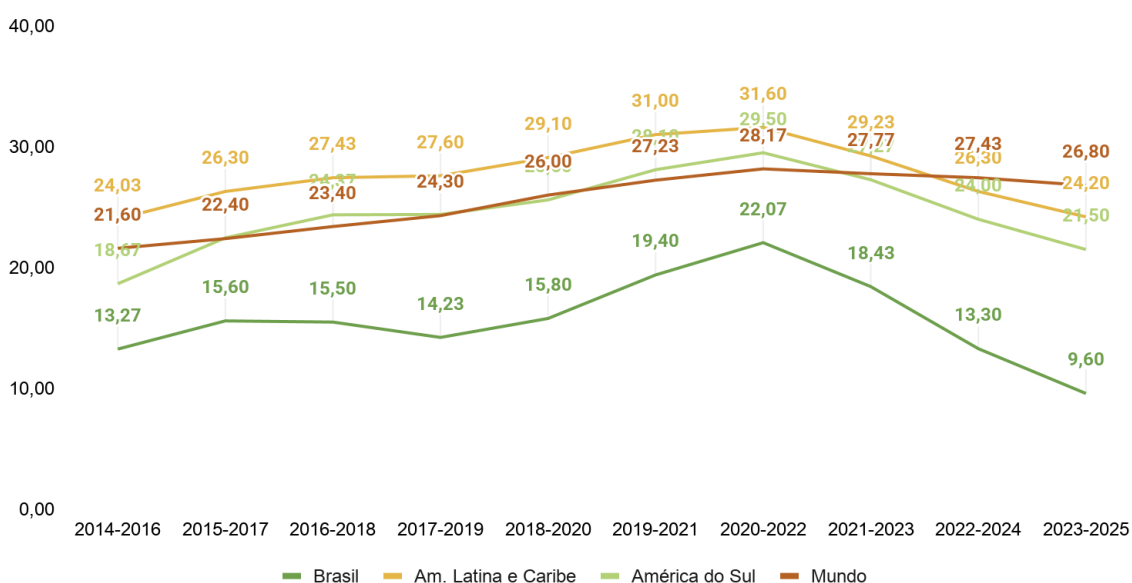
A insegurança alimentar moderada ou severa no Brasil caiu de 13,3% para 9,6%, o que **retirou 7,8 milhões de pessoas desta condição**, atingindo ainda 20,8 milhões de pessoas. Esse é o menor percentual da série histórica.

A tendência de queda também foi observada na América do Sul e na América Latina e Caribe, mas em menor magnitude: de 24,0% para 21,5% e de 26,3% para 24,2%, respectivamente.

Apesar disso, no mundo a variação foi muito menor, passando de 27,4% para 26,8%.

Gráfico - Evolução da **Insegurança Alimentar Moderada ou Severa** no Brasil comparado à média global, da América Latina e Caribe e da América do Sul

Percentual da População em Insegurança Alimentar Moderada ou Severa - SOFI/FAO - 2026



A redução da insegurança alimentar moderada ou severa reforça a importância de manter e consolidar as políticas que contribuíram para a redução da fome, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de ampliar o foco das ações públicas para garantir o acesso contínuo a uma alimentação adequada e saudável, por meio de políticas de proteção social, abastecimento alimentar, promoção da alimentação saudável e fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional.

Comparativo: dados Brasil FAO e IBGE

As duas tabelas abaixo sinalizam que os indicadores da FAO são a régua que posiciona o Brasil no cenário internacional, mas é a EBIA quem orienta a política pública no dia a dia. Aplicada pelo IBGE na PNAD Contínua, com desagregação por estado, renda, raça, gênero e situação de domicílio, a EBIA funciona como termômetro contínuo da segurança alimentar brasileira. Uma vez que sabemos que o problema está concentrado, a EBIA permite identificar onde, para quem e com que velocidade os dados estão mudando.

FAO (PoU/FIES)	Subalimentação (PoU)		Insegurança Alimentar Severa (FIES)		Insegurança Alimentar Moderada e Severa (FIES)	
	Percentual	Número Absoluto	Percentual	Número Absoluto	Percentual	Número Absoluto
2022-2024	2,7%	5,6 milhões	3,4%	6,6 milhões	13,3%	28,1 milhões
2023-2025	<2,5%	Não divulgado	0,6%	1,2 milhão	9,6%	20,3 milhões
Variação	-	-	-2,5 p.p.	-5,4 milhões	-3,7 p.p.	-7,8 milhões
Variação %	-	-	-80,6%	-	-27,8%	-

IBGE (EBIA)	Segurança Alimentar		Insegurança Alimentar Leve		Insegurança Alimentar Moderada		Insegurança Alimentar Grave	
	Percentual	Número Absoluto	Percentual	Número Absoluto	Percentual	Número Absoluto	Percentual	Número Absoluto
2023	70,4%	148,7 milhões	20,1%	42,5 milhões	5,5%	11,6 milhões	4,0%	8,4 milhões
2024	74,2%	157,5 milhões	18,1%	38,45 milhões	4,6%	9,7 milhões	3,1%	6,4 milhões
Variação	+3,8 p.p.	+8,8 milhões	-2,0 p.p.	-4,05 milhões	-0,9 p.p.	-1,9 milhão	-0,9 p.p.	-2,0 milhões
Variação %	+5,4%		-10,0%		-16,4%		-22,5%	

Intervenções recomendadas pela FAO

Um dos destaques é o dado de que a maior parte do custo da dieta saudável está no meio da cadeia: 70-75% do que o consumidor paga está no pós-porteira. Dos quatro tipos de intervenção mapeados, eficiência de cadeia de valor tem o menor número de ações registradas (1.144), muito abaixo de produtividade (2.457) e de apoio à produção (5.173). Isso sinaliza uma lacuna de atenção política proporcionalmente inversa ao peso do problema.

O relatório SOFI 2026 mostra duas linhas de intervenção: expandir oferta (produção doméstica + comércio) e reduzir custo estrutural dos alimentos saudáveis (eficiência da cadeia). As intervenções são apresentadas em dois planos:

- O chamado **"hardware"** envolve ações voltadas para a infraestrutura física: irrigação, estradas, câmara fria, P&D;
- Já **"software"** foca reformas de realocação de subsídio, facilitação de comércio, regulação de concorrência.

A publicação aponta que o preço final pago pelo consumidor não reflete necessariamente o custo real que a sociedade paga para produzir o alimento. Assim, a solução para mitigar



preços pode trazer externalidades ocultas, criando riscos de vulnerabilidade sistêmica como degradação ambiental, precarização do trabalho rural e insegurança alimentar.

Outro alerta é de que as soluções precisam endereçar um **hiato de produtividade entre mulheres e homens na agricultura**, citado como alavanca de redução do CoAHD.

O indicador também está atrelado a **choques climáticos, de conflito e macroeconômicos** que terão impacto no custo e acessibilidade da dieta saudável, mas não afetam todos os alimentos igualmente. Perecíveis (frutas, vegetais, proteína animal) respondem muito mais que grãos, por causa da perecibilidade, sazonalidade e intensidade de insumo.

Para as políticas públicas no Brasil

O próprio relatório da FAO reconhece os limites do que o indicador de custo e acessibilidade da dieta saudável consegue captar.: estima quanto custa uma cesta mínima e qual parcela da população tem renda para pagá-la.

O CoAHD não mede a disponibilidade física do alimento nos territórios onde há desertos e pântanos alimentares; não captura a volatilidade dos preços ao longo do ano nem os riscos climáticos e de quebra de safra; e não enxerga as barreiras de tempo e de ambiente alimentar que definem se uma família, mesmo podendo pagar, de fato consome uma dieta saudável no dia a dia.

É justamente esse reconhecimento que justifica olhar o problema pelas quatro dimensões clássicas da segurança alimentar e nutricional. Essa perspectiva permite apontar para um conjunto diferente de respostas de política pública:

Dimensão (FAO)	O que envolve?	O que afeta?	Políticas Públicas
Disponibilidade (se existe alimento suficiente e nutritivo sendo produzido e chegando aos mercados)	Oferta, Produção, Abastecimento, Distribuição	Afeta custo (preço)	Fortalecimento da agricultura familiar, abastecimento alimentar e melhor logística na distribuição; redução de perdas e desperdício de alimentos em toda a cadeia.
Acesso (se as famílias conseguem obter esse alimento, física e economicamente)	Renda, Preço, Varejo, Presença de pontos de venda no território	Afeta acesso físico e financeiro	Proteção social e transferência de renda; enfrentamento a desertos e pântanos alimentares; garantir equipamentos de SAN (cozinhas, restaurantes populares).
Utilização (se, mesmo tendo acesso, as famílias consomem uma dieta variada e nutritiva)	Tempo, informação, preferências, ambiente alimentar	Afeta demanda e adesão	Garantia de alimentação escolar (PNAE); ações de educação alimentar (EAN); rotulagem e regulação de ambientes alimentares escolares.
Estabilidade (se essas três condições se mantêm ao longo do tempo)	Resiliência a choques climáticos, econômicos e de mercado	Afeta custo, acesso e demanda	Capacidade de coordenação e coerência entre política fiscal, monetária e social; fortalecimento do Sisan e da participação social.

Conceitos

Entendendo o Mapa da Fome da ONU

Desde a edição de 2017, o SOFI atualizou o parâmetro para entrada no Mapa da Fome, que foi reduzido de 5% para 2,5%. Dessa forma, um país é retirado do [Mapa da Fome](#) quando a prevalência da subalimentação em um triênio fica abaixo de 2,5%.

Quando a escala PoU é inferior ao percentual de 2,5%, a FAO não considera as estimativas suficientemente confiáveis para serem reportadas, devido à natureza probabilística da inferência e suas margens de erro.

Por isso, no Brasil, nas medições de 2014-2016 e 2018-2020, os dados não aparecem no gráfico da série evolutiva. Já no triênio de 2019-2021, o Brasil volta ao Mapa da Fome com uma prevalência de subalimentação de 3,4%, que sobe para 4,2% no triênio seguinte.

Entendendo o indicador de subalimentação (PoU)

Prevalence of Undernourishment - PoU: a [prevalência de Subalimentação](#) mede se a ingestão habitual de alimentos é suficiente para fornecer os níveis de energia dietética necessários para manter uma vida ativa e saudável.

→ É correto usar subalimentação ou subnutrição?

Ambos os termos aparecem como traduções do conceito **undernourishment**, utilizado pela FAO. No entanto, “subalimentação” tende a ser mais utilizado para se referir ao indicador PoU, pois ele está relacionado à ingestão insuficiente de energia.

O indicador estima a proporção da população cuja ingestão habitual de energia é inferior às necessidades mínimas para uma vida saudável e ativa, mas não identifica quais indivíduos estão em situação de subalimentação nem onde essas pessoas vivem. Para compreender todo o cenário da insegurança alimentar, são necessárias [outras ferramentas](#).

→ Qual a diferença entre subalimentação, desnutrição e má nutrição?

A **subalimentação** é um indicador de ingestão habitual insuficiente de energia alimentar para atender às necessidades mínimas de uma vida saudável e ativa, que não avalia diretamente a qualidade da dieta, a ingestão de micronutrientes ou o estado nutricional dos indivíduos.

A **desnutrição** é uma condição resultante da deficiência de energia e/ou nutrientes, podendo ocorrer devido à ingestão inadequada de alimentos, absorção insuficiente, perdas aumentadas ou maior demanda fisiológica. Sua identificação depende da avaliação do estado nutricional e pode envolver indicadores antropométricos, clínicos, bioquímicos e dietéticos.

Já a **má nutrição** é o conceito mais abrangente e engloba todas as formas de desequilíbrio nutricional, incluindo a desnutrição, as deficiências de micronutrientes, o sobrepeso e a obesidade.

Entendendo o indicador de Insegurança alimentar (FIES)

Food Insecurity Experience Scale (FIES): A Escala de Experiência de Insegurança Alimentar mede a percepção das próprias pessoas sobre o acesso à comida, coletada por meio de um questionário padronizado aplicado a indivíduos e domicílios.

A partir das respostas, a FAO calcula dois grupos: a Insegurança Alimentar Moderada e Severa (somadas), que reflete dificuldades de acesso a alimentos por falta de recursos ao

longo do ano, reduzindo a qualidade, a diversidade e a quantidade da dieta, e a Insegurança Alimentar Severa, seu nível mais crítico, que inclui episódios extremos, como pular refeições, sentir fome ou passar um dia inteiro sem comer.

Números da fome pela escala da FAO e do IBGE

Enquanto a PoU estima a insuficiência energética da alimentação, a FIES mede a experiência das pessoas diante das dificuldades de acesso aos alimentos. Por isso, ambos os indicadores são complementares.

De acordo com [Anne Kepple](#), especialista em segurança alimentar e nutrição da FAO, a escala FIES (indicador ODS 2.1.2) e a PoU (indicador ODS 2.1.1) oferecem duas perspectivas diferentes para medir o progresso em direção à meta de Fome Zero. Enquanto a FIES foca na garantia do acesso aos alimentos, a PoU ajuda a fome crônica entre os países.

No contexto brasileiro, quem faz essa medição é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE na Pesquisa de Amostra Nacional de Domicílio (PNAD Contínua) por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que segue a mesma lógica baseada na experiência das famílias, mas adaptada às particularidades do país. A EBIA classifica os domicílios em três níveis (leve, moderada e grave), sendo o nível grave o que mais se aproxima da definição de fome, por envolver falta constante de alimentos, inclusive para crianças.

A utilização conjunta dos indicadores da FAO e da EBIA amplia a capacidade de orientar políticas públicas, permitindo acompanhar tanto a redução da fome quanto as diferentes dimensões da insegurança alimentar no Brasil.

→ A partir de quando o Brasil começa a monitorar a segurança alimentar?

O suplemento de insegurança alimentar foi publicado pela primeira vez em 2004 e depois em 2009 e na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. Durante a pandemia, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) realizou duas edições do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (VIGISAN) em 2020 e 2022. Enquanto a PNAD Contínua (IBGE) investigou 211.344 domicílios em 3.500 municípios em 2023, o VIGISAN investigou 12.745 domicílios em 577 municípios (2021-2022) utilizando a versão menor da EBIA.

A partir de 2023, o monitoramento passou a ser publicado anualmente através da PNAD Contínua para avaliar os avanços das políticas de combate à fome.

→ Qual a diferença entre a escala global e a escala brasileira?

A diferença central está no propósito de cada uma: enquanto a FIES foi pensada para comparar países entre si com metodologia padronizada, a EBIA foi desenhada para captar desigualdades regionais, sociais e econômicas dentro do próprio Brasil: entre estados, grupos de renda, raça e gênero, e entre campo e cidade.

	Escala FIES	Escala EBIA
Foco	A FAO estabeleceu a escala de referência do FIES como o padrão global para medidas de insegurança alimentar, baseadas na experiência alimentar, para definir os dois limites de referência de gravidade: moderada e grave.	O Brasil adaptou e validou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA a partir da escala norte-americana, para medir a percepção e experiência de insegurança alimentar no nível domiciliar.
Metodologia	Coleta realizada por meio de questionário com 8 perguntas de sim ou não.	Coleta realizada por meio de questionário com 14 perguntas (EBIA14) para domicílios com crianças e 8 perguntas (EBIA8) para domicílios sem crianças , com perguntas de sim ou não.
Métricas	Desde 2014, a FIES é aplicada em amostras nacionalmente representativas da população adulta em 140 países da Gallup® World Poll (GWP). Com base nas respostas aos itens da pesquisa, os indivíduos ou domicílios entrevistados recebem uma probabilidade de estar em uma das três classes: i) segurança alimentar ou insegurança marginal, apenas; ii) insegurança alimentar moderada; e iii) insegurança alimentar grave, conforme definido por dois limites determinados globalmente. A classe I não entra no relatório.	A escala possibilita identificar e classificar os domicílios de acordo com os graus de severidade com que o fenômeno é vivenciado pelas famílias residentes. Com base nas respostas aos itens da pesquisa, os domicílios entrevistados são classificados em quatro categorias: i) segurança alimentar, ii) insegurança alimentar leve, iii) insegurança alimentar moderada, e iv) insegurança alimentar grave.
Tempo de referência	Para fins de monitoramento anual dos ODS, as perguntas são feitas com referência aos 12 meses anteriores à pesquisa.	As perguntas são feitas em relação aos últimos 3 meses.

→ A EBIA pode ser aplicada a diferentes contextos e populações?

A EBIA é uma escala amplamente validada no Brasil, utilizada em diversos inquéritos nacionais e locais com diferentes populações: domicílios urbanos e rurais, beneficiários de programas sociais e grupos de todas as regiões do país.

Essa padronização garante sua principal vantagem: a **comparabilidade** dos dados ao longo do tempo e entre localidades e grupos populacionais, o que torna a escala uma ferramenta importante para monitorar e avaliar programas sociais e subsidiar políticas públicas.

Essa mesma padronização, no entanto, exige cuidados adicionais quando a escala é aplicada a povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Determinadas perguntas como "comprar alimentos" ou "ter dinheiro para alimentação" nem sempre traduzem bem a realidade dessas populações, cuja segurança alimentar depende também do acesso ao território, dos recursos naturais e da manutenção de práticas tradicionais ligadas à caça, à pesca, à coleta, à agricultura tradicional e ao compartilhamento comunitário.

Por isso, estudos vêm buscando adaptar a escala para que contemple os diferentes povos indígenas e outras comunidades tradicionais, considerando sua forte relação cultural e territorial com a produção de alimentos.

→ Existe uma EBIA adaptada para povos indígenas ou população de rua?

Um avanço importante foi a validação da EBIA-I (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar para Povos Indígenas), publicada em 2025, com base em 495 domicílios indígenas de diferentes comunidades rurais e urbanas.

Os resultados mostraram validade interna e externa adequadas, confirmando sua capacidade de identificar diferentes níveis de insegurança alimentar entre povos indígenas. A EBIA-I preserva a comparabilidade com a escala nacional, mas incorpora linguagem e conceitos culturalmente mais apropriados, fortalecendo seu potencial para subsidiar políticas específicas.

Além da linguagem, a insegurança alimentar indígena não se explica apenas pela disponibilidade de alimentos: conflitos territoriais, degradação ambiental, restrições ao acesso a recursos naturais, mudanças climáticas e transformações nos modos de vida também influenciam diretamente essa segurança.

→ O que é a escala de insegurança hídrica?

A abordagem baseada na experiência dos domicílios, utilizada pela EBIA para medir a insegurança alimentar, também contribuiu para o desenvolvimento de instrumentos

voltados a outras dimensões da segurança humana, como a **Water Insecurity Experiences Scale** (WISE). Essa escala foi desenvolvida por uma rede internacional de pesquisadores para avaliar as experiências das famílias relacionadas ao acesso, à disponibilidade, à confiabilidade e ao uso da água.

Medir a insegurança hídrica é importante porque **a água é um elemento indispensável para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional**. O acesso regular à água em quantidade e qualidade adequadas é essencial para a produção, o preparo e o consumo seguro dos alimentos, além da higiene pessoal e dos alimentos. A insegurança hídrica pode comprometer a utilização biológica dos alimentos, aumentar o risco de doenças e agravar situações de insegurança alimentar, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade.

Embora a HWISE tenha sido validada internacionalmente e já tenha sido utilizada em estudos realizados **no Brasil, sua versão em português ainda está em processo de adaptação transcultural e validação para uso em estudos nacionais**.

Entendendo o indicador do custo da dieta saudável

O **Custo e Acessibilidade de uma Dieta Saudável (CoAHD – Cost and Affordability of a Healthy Diet)** responde a duas perguntas centrais: **quanto custa**, por dia, uma alimentação nutricionalmente adequada e **quem consegue arcar com esse custo**.

Nas edições mais recentes do *The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI)*, a FAO passou a utilizar a sigla **CoAHD**, substituindo o antigo **CoHD (Cost of a Healthy Diet)**. A mudança reflete uma ampliação do indicador: além de estimar o custo de uma dieta saudável, ele incorpora explicitamente a dimensão da **acessibilidade econômica**, avaliando qual parcela da população dispõe de renda suficiente para pagar por essa alimentação.

Para chegar ao valor global, por região e país, a **FAO define uma cesta-referência com seis grupos de alimentos** compostos por alimentos básicos ricos em amido (arroz, trigo, milho), frutas, vegetais, óleos e gorduras, leguminosas e alimentos de origem animal nas proporções necessárias para atender às necessidades nutricionais de um adulto, que equivale a **2.330 kcal/dia**. É um valor referência que não capta as necessidades específicas de uma criança, de uma gestante ou de um idoso, por exemplo.

Em cada país, a FAO escolhe os itens mais baratos disponíveis dentro de cada grupo para montar essa cesta ao menor custo possível, a partir dos **preços** de mercado/varejo monitorados oficialmente pelo **Programa Internacional de Comparação (ICP)** e convertidos para dólar em Paridade de Poder de Compra (PPC). Essa unidade foi criada para tornar os valores comparáveis entre países com moedas e níveis de preço diferentes.



Importante: O custo da dieta (quanto ela custa em si), da acessibilidade (se a renda das pessoas permite pagar por ela) e do consumo (se, mesmo podendo pagar, as pessoas escolhem comer assim) são três conceitos diferentes.

Entendendo os indicadores de nutrição

A má nutrição afeta o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, o que pode provocar danos de longo prazo, prejudicar o desempenho escolar e gerar consequências para a saúde na vida adulta.

Esta edição mostra que as 7 metas globais de nutrição estabelecidas pela Resolução 65.6 da Assembleia Mundial da Saúde não foram atingidas, a saber:

- 40% de redução no número de crianças menores de 5 anos com baixa estatura para a idade;
- 50% de redução no número de mulheres em idade reprodutiva com anemia;
- 30% de redução no número de bebês com baixo peso ao nascer;
- 50% de aumento na taxa de aleitamento materno exclusivo nos primeiros 6 meses;
- 5% de redução do número de crianças com déficit de peso para a altura;
- Estagnar o aumento do sobrepeso infantil;
- Reduzir a obesidade em adultos.

Os indicadores mais recentes de nutrição mostram que o mundo permanece distante das metas do ODS 2. O novo indicador de diversidade alimentar mínima revela que milhões de crianças pequenas e mulheres em idade reprodutiva ainda não têm acesso a uma alimentação suficientemente variada, enquanto a obesidade continua em crescimento e a anemia permanece em níveis elevados. Em conjunto, esses resultados reforçam que o desafio não é apenas combater a fome, mas garantir o acesso contínuo a dietas saudáveis e nutritivas.

Por que os indicadores precisam ser lidos em conjunto?

Os indicadores internacionais da FAO e os instrumentos nacionais respondem a perguntas diferentes e, por isso, podem parecer contar histórias distintas sobre o mesmo país - o que não é contradição, mas sinal de que estão iluminando dimensões diferentes de um mesmo problema.

O fim da fome, medido pelo Mapa da Fome, não significa automaticamente o fim da insegurança alimentar em suas formas mais leves, assim como um avanço no custo da dieta saudável não substitui a leitura sobre o acesso efetivo das famílias aos alimentos.



Por isso, políticas públicas eficazes de Segurança Alimentar e Nutricional precisam considerar múltiplos determinantes ao mesmo tempo:

- transferência de renda e proteção social para garantir acesso imediato à alimentação;
- abastecimento e produção para garantir disponibilidade;
- redução da vulnerabilidade econômica para sustentar esse acesso ao longo do tempo;
- promoção da alimentação saudável e melhoria dos ambientes alimentares;
- e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) para articular todas essas frentes de forma coordenada.

Tratar qualquer um desses indicadores isoladamente como o resumo de todo o problema é o principal risco na hora de interpretar dados sobre fome, seja para comemorar uma conquista antes da hora, seja para minimizar um avanço real.



Ficha técnica

Elaboração técnica

Luana Ghiggino, doutoranda em Saúde Coletiva (UFRJ)

<http://lattes.cnpq.br/6482546822001969>

Nathália Nunes, doutora em Nutrição em Saúde Pública (USP)

<http://lattes.cnpq.br/9191229367328877>

Luan Paciência, consultor de dados na Lupa Social

Felipe Amorim, consultor de dados na Lupa Social

Coordenação técnica

Sulamita Santana, coordenadora de Inteligência Estratégica do Pacto Contra a Fome

Supervisão

Ricardo Mota, gerente de Inteligência Estratégica do Pacto Contra a Fome

Revisão

Vanessa Silva Pinto, coordenadora de Comunicação no Pacto Contra a Fome

Direção executiva

Juliana Plaster, co-Diretoria no Pacto Contra a Fome

Maria Siqueira, co-Diretoria no Pacto Contra a Fome